

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2011

Prezados Senhores:

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à Sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústrias Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes.

No início de 2011, o consenso do mercado era de que aquele seria o ano em que a recuperação econômica ganharia força, após a crise financeira mundial iniciada em 2008, porém essa expectativa não se concretizou e impactou negativamente o desempenho da indústria nacional.

Para a Romi, essa conjuntura de incerteza, reduziu as oportunidades de venda de máquinas em 2011. Aliado a moeda nacional forte, durante o ano de 2011, fez com que a Companhia praticasse preços menores, já que a concorrência principal dos nossos produtos são máquinas importadas.

Entre os principais acontecimentos do ano, destacamos a aquisição da Burkhardt + Weber, importante e tradicional fabricante alemã de máquinas-ferramenta, reconhecida mundialmente pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, com alta precisão e produtividade, e com vendas.

Com mais de 80 anos de história, marcados pelo pioneirismo e inovação, a Romi inicia o ano de 2012 apostando, primeiramente, em sua própria capacidade de lidar tanto com momentos de prosperidade quanto com os de adversidades por meio de suas operações industriais e subsidiárias de comercialização e assistência técnica.

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Receita Operacional Líquida

No acumulado dos doze meses de 2011, a Receita Operacional Líquida Consolidada apresentou diminuição de 6,3% em comparação com o ano de 2010, atingindo R\$ 631,1 milhões. Esse resultado foi alcançado devido ao crescimento de receita na unidade de Fundidos e Usinados, entretanto, houve queda no faturamento tanto da unidade de Máquinas-Ferramenta quanto no de Máquinas para Plásticos. No caso de Máquinas-Ferramenta, ao longo do ano a Romi investiu em sua política de descontos com o objetivo de manter o volume da sua atividade operacional. Já no caso das Máquinas para Plásticos, a Romi vem sofrendo forte concorrência de produtos importados, principalmente vindos da China, e por isso tem, também nesta unidade, investido em sua política de descontos.

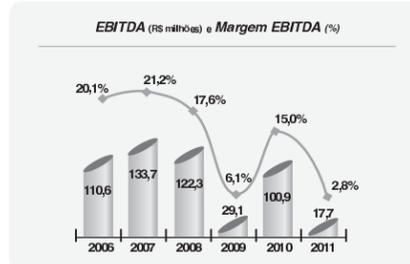
Em 2011, as exportações representaram 10,0% (US\$ 45,2 milhões) da Receita Operacional Líquida, 33,3% superior quando comparado com 2010, quando as exportações representaram 8,7% (US\$ 33,9 milhões). Neste período, a Europa representou 56,8% (65,9% em 2010) das exportações, os EUA representaram 26,9% (24,2% em 2010) e a América Latina 16,3% (9,4% em 2010), esta última aumentando sua representatividade em relação ao ano de 2010.

Margens

Em 2011, a margem bruta obtida pela Companhia diminuiu 8,6 pontos percentuais em relação a 2010, de 36,0% para 27,4%. Já a margem operacional de 2011 foi 13,2 pontos percentuais inferior ao obtido no ano anterior, passando de 11,4% para 1,8% negativo.

A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA (Lucro Antes dos Resultados Financeiros, Impostos, Depreciação e Amortização) em 2011 foi de R\$ 17,7 milhões, com margem EBITDA de 2,8%.

Pelo fato de as despesas operacionais da Romi possuírem características mais fixas do que variáveis, a diminuição do volume de receita afeta diretamente as margens da Companhia. Além disso, fundamentada nas expectativas de demanda para o ano de 2012, a Romi revisou seu programa de produção ao longo do segundo semestre e como consequência a Companhia ajustou seu quadro de colaboradores e, como acontece historicamente, o último trimestre do ano reflete os impactos do acordo coletivo anual, que, em novembro de 2011, foi de 10,0%.



Resultado Líquido

O lucro líquido alcançado pela Romi em 2011 foi de R\$ 4,3 milhões, resultado substancialmente inferior ao obtido em 2010, impactado pela retração das vendas no período, a intensificação dos descontos para manter a competitividade, os aumentos da massa salarial e as verbas rescisórias, fruto de ajuste no quadro de colaboradores feito ao longo do ano.

2. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Foram efetuados 3 pagamento de Juros sobre Capital Próprio, em abril, julho e outubro, imputáveis ao dividendo mínimo obrigatório de 2011, no montante bruto de aproximadamente R\$ 24,6 milhões, representando R\$ 0,33 por ação ao longo do ano de 2011.

3. INVESTIMENTOS

Ao longo do ano de 2011 foram investidos R\$ 19,7 milhões destinados, basicamente, para a manutenção, produtividade e modernização do parque industrial, e em tecnologia da informação.

4. AUDITORIA EXTERNA

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu ("Deloitte"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter a devida aprovação de seu Comitê de Auditoria. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes auditores quanto a sua independência para realização de serviços de não auditoria. Durante o exercício de 2011, a Deloitte prestou, além do serviço de auditoria das demonstrações financeiras, o serviço de "due diligence" para a aquisição da B+W. A política da Companhia e suas controladas na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

5. ARBITRAGEM

As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da BM&FBovespa. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS e BRGAAP		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS e BRGAAP	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010	2011	2010
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	83.467	60.687	162.813	246.935	Financiamentos	10	112.322	23.370	113.038	24.927
Duplicatas a receber	4	73.525	76.091	86.938	87.364	Financiamentos - FINAME fabricante	11	307.734	303.579	307.734	303.579
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	341.688	350.935	341.688	350.935	Fornecedores		36.403	39.572	41.172	48.323
Estoques	6	272.678	228.223	314.355	263.460	Salários e encargos sociais		23.735	33.046	26.546	36.422
Partes relacionadas	8	20.681	12.466	-	-	Impostos e contribuições a recolher		4.966	9.983	6.505	11.305
Impostos e contribuições a recuperar		10.894	11.698	11.854	14.090	Adiantamentos de clientes		9.322	7.223	10.131	7.579
Outros créditos		31.292	12.517	32.700	13.924	Dividendos e juros sobre o capital próprio		81	9.369	306	9.602
Total do ativo circulante		834.225	752.617	950.348	976.708	Participações a pagar		322	2.590	322	2.590
NÃO CIRCULANTE						Outras contas a pagar		5.857	4.761	7.170	5.842
Duplicatas a receber	4	13.208	14.544	13.208	14.544	Provisão para passivo a descoberto - controlada	7	3.548	2.561	-	-
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	478.991	500.103	478.991	500.103	Partes relacionadas	8	380	165	-	-
Partes relacionadas	8	14.194	13.876	-	-	Total do passivo circulante		504.670	436.219	512.924	450.169
Impostos e contribuições a recuperar		2.383	6.718	2.383	9.943	NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.b	35.001	19.996	35.001	19.996	Financiamentos	10	123.776	212.451	123.776	212.615
Depósitos judiciais	12	30.669	24.466	30.669	24.466	Financiamentos - FINAME fabricante	11	447.020	454.304	447.020	454.304
Outros créditos		12.568	18.009	13.866	19.064	Impostos e contribuições a recolher		4.761	4.721	4.761	4.721
Investimentos em controladas	7	105.781	211.538	-	-	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	12	33.061	26.429	33.061	26.429
Imobilizado	9	263.407	271.819	280.796	289.018	Outras contas a pagar		4.187	3.562	4.347	3.612
Intangível	7	6.115	5.333	8.132	7.350	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.b	1.291	1.291	7.761	7.325
Total do ativo não circulante		962.317	1.086.402	863.046	884.484	Total do passivo não circulante		614.096	702.758	620.726	709.006
TOTAL DO ATIVO		1.796.542	1.839.019	1.813.394	1.861.192	TOTAL DOS PASSIVOS		1.118.766	1.138.977	1.133.650	1.159.175
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	13	489.973	489.973	489.973	489.973
						Reserva de capital	13	2.052	2.052	2.052	2.052
						Ações em tesouraria	13	(4.599)	-	(4.599)	-
						Reserva de lucros	13	195.598	225.656	195.598	225.656
						Outros resultados abrangentes		(5.248)	(17.639)	(5.248)	(17.639)
								677.776	700.042	677.776	700.042
						PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				1.968	1.975
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		677.776	700.042	679.744	702.017
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.796.542	1.839.019	1.813.394	1.861.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota explicativa	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS e BRGAAP		Despesas financeiras	Nota explicativa	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS e BRGAAP	
		2011	2010	2011	2010			2011	2010	2011	2010
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	591.197	623.404	631.054	673.529	Varição cambial, líquida	22	(15.896)	(16.407)	(16.076)	(16.520)
LUCRO BRUTO		155.061	223.526	172.612	242.753	Total		1.497	(5.301)	1.529	(5.283)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		8.484	2.004	10.836	4.247
Vendas	21	(62.724)	(56.455)	(74.933)	(62.687)	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(6.637)	78.068	(228)	81.148
Gerais e administrativas	21	(64.133)	(56.422)	(73.416)	(69.168)	Corrente		(4.800)	(14.517)	(10.451)	(16.776)
Pesquisa e desenvolvimento	21	(24.700)	(23.489)	(26.085)	(24.838)	Diferido		15.005	4.378	15.005	4.378
Participação e honorários da administração	8 e 21	(8.143)	(9.676)	(8.276)	(9.809)	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.568	67.929	4.326	68.750
Tributárias	21	(1.926)	(1.533)	(1.970)	(1.829)	ATRIBUÍDO À:					
Resultado de equivalência patrimonial	7	(9.219)	(1.857)	-	-	Participação dos acionistas da controladora		3.568	67.929	3.568	67.929
Outras receitas operacionais, líquidas	23	663	1.970	1.004	2.479	Participação dos acionistas não controladores		-	-	758	821
Total		(170.182)	(147.462)	(183.676)	(165.852)			3.568	67.929	4.326	68.750
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(15.121)	76.064	(11.064)	76.901	LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM REAIS - R\$		0,05	0,91		
RESULTADO FINANCEIRO											
Receitas financeiras	22	22.883	23.712	25.383	26.050						

continua →



* continuação



INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Exercícios findos em			
	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP	IFRS e BRGAAP	2011	2010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.568	67.929	4.326	68.750
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Efeito de conversão para moeda estrangeira	3.381	(13.165)	3.381	(13.165)
LUCRO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	6.949	54.764	7.707	55.585
ATRIBUÍDO À:				
Participação dos acionistas da controladora	6.949	54.764	6.949	54.764
Participação dos acionistas não controladores	-	-	758	821
	<u>6.949</u>	<u>54.764</u>	<u>7.707</u>	<u>55.585</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		BRGAAP		IFRS e BRGAAP	
		2011	2010	2011	2010
1. Receitas		701.931	754.156	743.950	806.269
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		720.365	763.769	762.436	815.644
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos	(19.097)	(11.583)	(19.490)	(11.854)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		663	1.970	1.004	2.479
2. Insumos adquiridos de terceiros		(359.367)	(342.574)	(377.698)	(370.298)
Materiais consumidos		(298.520)	(298.316)	(301.462)	(311.976)
Outros custos de produtos e serviços prestados		(21.683)	(19.695)	(40.004)	(36.534)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas		(39.164)	(24.563)	(36.232)	(21.788)
3. Retenções		(28.073)	(23.313)	(28.795)	(24.041)
Depreciação	9	(28.073)	(23.313)	(28.795)	(24.041)
4. Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (1+2+3)		314.491	388.269	337.457	411.930
5. Valor adicionado recebido em transferência		15.161	16.554	26.912	20.767
Resultado da equivalência patrimonial e dividendos de investimentos avaliados ao custo	7	(9.219)	(1.857)	-	-
Receitas financeiras e variação cambial líquida		24.380	18.411	26.912	20.767
6. Valor adicionado a distribuir (4+5)		329.652	404.823	364.369	432.697
7. Distribuição do valor adicionado					
Empregados		176.131	187.225	202.649	211.231
- Salários e encargos		161.645	163.346	188.030	187.829
- Comissões sobre vendas		3.692	2.342	3.692	1.732
- Participações e honorários da administração		8.143	9.676	8.276	9.809
- Participação nos resultados		108	10.134	108	10.134
- Planos de previdência privada aberta complementar		2.543	1.727	2.543	1.727
Tributos:		104.683	131.004	111.755	134.980
Federais		89.577	110.194	96.649	114.170
Estaduais		14.228	19.884	14.228	19.884
Municipais		878	926	878	926
Financiadores:		20.654	18.665	20.258	17.736
Juros		15.896	16.407	16.076	16.520
Aluguéis		4.758	2.258	4.182	1.216
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos	13	24.616	25.721	25.381	26.542
Lucros retidos do período		3.568	42.208	4.326	42.208
Valor adicionado distribuído		<u>329.652</u>	<u>404.823</u>	<u>364.369</u>	<u>432.697</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Exercício findo em			
		Controladora		Consolidado	
		BRGAAP	IFRS e BRGAAP	2011	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		3.568	67.929	4.326	68.750
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Provisão para imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(10.205)	10.139	(4.554)	12.398	
Receitas e despesas financeiras e variação cambial, líquida dos rendimentos de aplicações financeiras		6.810	(3.291)	6.912	(3.868)
Depreciação e amortização		28.073	23.313	28.795	24.041
Provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos	19.097	12.299	19.490	12.692	
Perda (ganho) na alienação de imobilizado	(617)	(1.534)	(563)	(1.526)	
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto líquidos dos dividendos recebidos	19.501	13.192	-	-	
Provisão para realização do estoque	14.350	(2.609)	14.360	(3.216)	
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	7.361	7.005	7.361	7.005	
VARIACÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS					
Duplicatas a receber		11.325	(17.292)	9.690	(14.884)
Partes relacionadas		(7.202)	(6.221)	-	-
Valores a receber - repasse FINAME fabricante		79.178	18.187	79.178	18.187
Estoques		(58.805)	(20.393)	(63.295)	(20.137)
Impostos e contribuições a recuperar		5.139	1.732	6.884	1.180
Depósitos judiciais		(6.203)	(6.467)	(6.203)	(6.467)
Outros créditos		(28.382)	(13.096)	(27.149)	(14.161)
VARIACÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS					
Fornecedores		(5.347)	10.355	(9.911)	13.596
Partes relacionadas		151	40	-	-
Salários e encargos sociais		(10.040)	11.955	(10.915)	13.430
Impostos e contribuições a recolher		(6.035)	(2.038)	(6.430)	(2.728)
Adiantamentos de clientes		2.099	78	2.499	43
Outras contas a pagar		(1.697)	201	(1.593)	(4.996)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		62.119	103.484	48.882	99.339
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos		(3.742)	(10.621)	(5.684)	(12.456)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>58.377</u>	<u>92.863</u>	<u>43.198</u>	<u>86.883</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de imobilizado		(18.407)	(28.769)	(18.743)	(29.239)
Venda do imobilizado		1.516	3.463	1.996	3.463
Redução de capital de investida no exterior		154.135	-	-	-
Aumento do intangível		(545)	(1.311)	(545)	(1.311)
Aumento de capital em investidas no exterior	7	(63.511)	(170.579)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		73.188	(197.196)	(17.292)	(27.087)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		(34.184)	(32.589)	(34.957)	(33.432)
Compra de ações de emissão própria	13	(4.599)	-	(4.599)	-
Novos empréstimos e financiamentos	10	21.532	26.043	21.532	26.043
Pagamentos de financiamentos	10	(21.091)	(20.943)	(22.017)	(21.391)
Juros pagos	10	(16.060)	(14.862)	(16.282)	(15.206)
Novos financiamentos - FINAME fabricante		319.700	363.071	319.700	363.071
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante		(323.777)	(292.415)	(323.777)	(292.415)
Juros pagos - Finame Fabricante		(50.408)	(56.532)	(50.408)	(56.532)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(108.887)	(28.227)	(110.808)	(29.862)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		22.678	(132.560)	(84.902)	29.934
Variação cambial sobre o saldo de caixa das controladas no exterior		102	-	780	(8.912)
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		60.687	193.247	246.935	225.913
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		<u>83.467</u>	<u>60.687</u>	<u>162.813</u>	<u>246.935</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Atribuído à participação dos acionistas controladores										
		Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de lucros			Outros resultados abrangentes acumulados	Lucros acumulados	Participação atribuída aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não-controladores	Total
					Reserva de lucros	Reserva legal	Total					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		489.973	2.052	-	157.667	37.438	195.105	(4.474)	-	682.656	1.997	684.653
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	67.929	67.929	821	68.750
Efeito de conversão para moeda estrangeira	7	-	-	-	-	-	(13.165)	-	-	(13.165)	-	(13.165)
Total dos resultados abrangentes reconhecido no exercício		-	-	-	-	-	(13.165)	-	67.929	54.764	821	55.585
Reserva legal	13	-	-	-	-	3.396	3.396	-	(3.396)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/95	13	-	-	-	(11.657)	-	(11.657)	-	(25.721)	(37.378)	-	(37.378)
Dividendos distribuídos por controlada (equivalentes a R\$1,54 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(843)	(843)
Retenção de lucros	13	-	-	-	38.812	38.812	38.812	(38.812)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		489.973	2.052	-	184.822	40.834	225.656	(17.639)	-	700.042	1.975	702.017
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	3.568	3.568	758	4.326
Efeito de conversão para moeda estrangeira	7	-	-	-	-	-	-	3.381	-	3.381	-	3.381
Total dos resultados abrangentes reconhecido no exercício		-	-	-	-	-	-	3.381	3.568	6.949	758	7.707
Reserva legal	13	-	-	-	-	178	178	-	(178)	-	-	-
Aquisição de ações de emissão própria	13	-	-	(4.599)	-	-	-	-	-	(4.599)	-	(4.599)
Juros sobre o capital próprio - Lei 9.249/95	13	-	-	-	(24.616)	-	(24.616)	-	-	(24.616)	-	(24.616)
Variação cambial sobre redução de capital de investida no exterior	7	-	-	-	(9.010)	-	(9.010)	9.010	-	-	-	-
Dividendos distribuídos por controlada (equivalentes a R\$1,99 por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(765)	(765)
Retenção de lucros	13	-	-	-	3.390	3.390	3.390	(3.390)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		489.973	2.052	(4.599)	154.586	41.012	195.598	(5.248)	-	677.776	1.968	679.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Indústria Romi S.A. ("Companhia"), listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA desde 23 de março de 2007, tem por objeto a produção e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados a produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, a representação por conta própria ou de terceiros e a prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, e a administração de bens próprios e/ou de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por 11 fábricas, em 3 estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e 2 na região de Turim, na Itália. A Companhia possui, ainda, participação em controladas no Brasil e no exterior, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem: • As demonstrações financeiras individuais da controladora, as quais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. • As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente.

Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são as seguintes: **2.3. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moeda estrangeira, exceto investimentos, consiste na conversão para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **a) Moeda funcional das controladas:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento. **b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio

continua ->



INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

• Conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior: Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Outros resultados abrangentes".

2.4. Ativos financeiros: a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço. **b) Empréstimos e recebíveis:** A Companhia considera as seguintes classes de ativos financeiros como parte da categoria de empréstimos e recebíveis: caixa e equivalentes de caixa, duplicatas a receber, valores a receber - Repasse FINAME Fabricante e outros recebíveis. Empréstimos e recebíveis não possuem pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. **c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Estoques: Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes. **2.6. Imobilizado:** É avaliado ao custo deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

2.7. Investimentos em empresas controladas: a) Controladora: Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando a venda ou baixa do investimento. Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada. Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (nota explicativa nº 2.8). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **b) Consolidado:** A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores". Para as aquisições de empresas realizadas a partir de 1º de janeiro de 2006, data da transição para o IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio e classificado como "Intangível". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. As transações e saldos entre e com as controladas foram eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminadas. Sempre que necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Companhia. **2.8. Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por compra de cessão de direitos sobre projetos de máquinas, os quais possuem vida útil definida, e são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 2.9). Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **2.9. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. **2.10. Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais: a) Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais. **b) Empréstimos e financiamentos:** Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. Adicionalmente são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **c) Instrumentos de patrimônio:** Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos. **2.11. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, foram ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada foi de aproximadamente 10,9% ao ano (10,5% em 31 de dezembro de 2010), a qual tem como fundamento e premissa a taxa média publicada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Distribuidoras - "ANBID". A mensuração do ajuste a valor presente foi realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários foram contabilizadas como receitas ou despesas financeiras. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião

de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita. **2.13. Benefícios a empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria, assistência médica, odontológica e participação nos lucros. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia encontra-se descrita na nota explicativa nº 15. O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados. As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia. **2.14. Outros ativos e passivos circulares e não circulares:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **2.15. Juros sobre o capital próprio:** Os juros sobre o capital próprio foram tratados como distribuição de dividendos para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros sobre o capital foi calculado com uma porcentagem do patrimônio líquido da Companhia, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros retidos antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda, o imposto de renda retido na fonte calculado à alíquota de 15%, devido na época do pagamento ou do registro do respectivo valor da remuneração. **2.16. Reconhecimento de receita de vendas de produtos:** A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda. **2.17. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou implícita), existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança. **Garantias:** A provisão para custos com garantia é reconhecida na data da venda dos produtos, com base na melhor estimativa da Administração sobre os custos a serem incorridos para a prestação dos serviços de garantia dos produtos. **2.18. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: **a)** Vida útil de ativos de longa duração; **b)** Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa; **c)** Realização e obsolescência dos estoques; **d)** Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; **e)** Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; **f)** Imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais e demais ativos e passivos na data do balanço; **g)** Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios; **h)** Liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **2.19. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.20. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis:** **a)** As seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011, entretanto, não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"):

CPC Nº	Assunto	Deliberação CVM Nº
15(R1)	Combinação de negócios	665/11
19(R1)	Investimento em empreendimentos controlado em conjunto (joint venture)	666/11
20(R1)	Custos de empréstimos	672/11
21(R1)	Demonstração Intermediária	673/11
35(R1)	Demonstração Separadas	667/11
IFRS:		
Norma	Assunto	
IAS 24	Divulgações de Partes Relacionadas	
IAS 32	Instrumentos Financeiros	
IFRIC 14 e IAS 19	Pagamentos Antecipados de Exigência de Financiamento Mínimo	
Melhorias às IFRSs (2010)	Alteração de sete pronunciamentos, inclusive IFRS 3, IAS 27 e IFRIC 13, e diversas divulgações nas demonstrações financeiras	
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais:	
b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.		
Norma	Assunto	
IAS 27	Demonstrações Financeiras Separadas	
IAS 28	Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	
IFRS 11	Acordos de Empreendimentos em Conjunto	
IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades	
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo	

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa	5.072	3.565	57.160	9.792
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	64.025	41.078	75.295	52.099
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	14.203	13.616	28.315	27.771
Aplicações financeiras em moeda estrangeira - US\$ (Time deposit)	-	2.271	1.876	157.109
Outros	167	157	167	164
Total de caixa e equivalentes de caixa	83.467	60.687	162.813	246.935

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Circulante:				
Clientes no País	66.944	73.403	67.948	74.641
Clientes no exterior	7.873	4.295	24.393	14.601
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.292)	(1.607)	(5.403)	(1.878)
Total	73.525	76.091	86.938	87.364
Não circulante:				
Clientes no País	11.649	13.588	11.649	13.588
Clientes no exterior	2.005	956	2.005	956
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(446)	-	(446)	-
Total	13.208	14.544	13.208	14.544

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o saldo das duplicatas a receber. A Companhia possui R\$1.659 em 31 de dezembro de 2011 (R\$5.289 em 31 de dezembro de 2010) em operações de "vendedor" com seus clientes. Nessas operações, a Companhia figura como solidária responsável. Caso haja inadimplência por parte do cliente, a Companhia arca com o pagamento à instituição financeira, mediante sub-rogação da garantia do bem alienado ao agente financiador. O saldo de duplicatas a receber é apresentado líquido das operações de "vendedor". O saldo de duplicatas a receber de clientes no País em 31 de dezembro de 2011 e de 2010,

continua ->



* continuação



INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	2011	2010
Valores a vencer	60.217	66.067
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.232	2.906
De 31 a 60 dias	470	420
De 61 a 90 dias	434	1.889
De 91 a 180 dias	892	452
De 181 a 360 dias	1.076	428
Mais de 360 dias	623	1.241
	6.727	7.336
Total - circulante (controladora)	66.944	73.403
Saldo das controladas	1.004	1.238
Total - circulante (consolidado)	67.948	74.641

O saldo de duplicatas a receber de clientes no exterior em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	2011		2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Valores a vencer	7.360	17.930	3.444	10.226
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	239	1.236	627	1.695
De 31 a 60 dias	58	296	32	174
De 61 a 90 dias	13	685	-	214
De 91 a 180 dias	29	178	27	362
De 181 a 360 dias	40	105	101	131
Mais de 360 dias	134	3.963	64	1.799
	513	6.463	851	4.375
Total das duplicatas a receber - circulante	7.873	24.393	4.295	14.601

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2011	2010
Saldo inicial - controladora	1.607	248
Créditos provisionados no exercício	143	1.387
Créditos baixados definitivamente da posição	(12)	(28)
Saldo final - controladora	1.878	1.607
Créditos provisionados no exercício - controladas	3.971	271
Saldo final - consolidado	5.849	1.878

5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE

Circulante:

	2011	2010
FINAME a vencer	317.634	317.058
FINAME aguardando liberação (a)	3.890	5.163
FINAME em atraso (b)	31.548	36.665
	353.072	358.886
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.384)	(7.951)
	341.688	350.935

Não circulante:

FINAME a vencer	457.438	469.127
FINAME aguardando liberação (a)	23.338	30.976
	480.776	500.103
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.785)	-
	478.991	500.103
Total	820.679	851.038

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (vide nota explicativa nº 11). FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda, com prazos de até 60 meses, com opção de até 12 meses de carência e juros entre 4,0% e 8,0% ao ano, podendo ser de acordo com as condições estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento, pré-fixados ou acrescidos da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Adicionalmente, considera-se também para definição das condições de financiamento, as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são representados por: (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente. (b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra provisão para eventual perda na realização desse saldo, no montante correspondente a diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo do contas a receber. As máquinas apreendidas como parte do processo de execução, são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então, são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como segue:

	2011								Total
	Romi Itália	Romi Europa	Rominor	Machine Tools	Inter-ocean	Romi A.L.	Sandretto México	Helen Acquisition Corp. (d)	
Investimentos:									
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000	78	13.028	1.188.000	100	-
Participação no capital social	99,999%	100%	93,0711%	100%	100%	100%	100%	100%	-
Ativo circulante	48.701	51.237	25.769	9.440	24	1.996	17	-	-
Ativo não circulante	11.773	852	5.852	210	-	-	-	-	-
Passivo circulante	22.068	205	3.210	7.212	12	-	-	-	-
Passivo não circulante	14.367	627	-	5.986	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada em 31 de dezembro de 2011	24.039	51.257	28.411	(3.548)	12	1.996	17	-	-
Movimentação do investimento:									
Saldo inicial do investimento em 31 de dezembro de 2010	26.800	1.104	26.534	(2.561)	17	1.430	-	153.636	206.960
Variação cambial sobre investimentos no exterior	2.773	304	-	(400)	-	223	2	479	3.381
Aumento de capital (b)	13.767	49.692	-	-	-	-	52	-	63.511
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	-	(10.282)	-	-	-	-	-	(10.282)
Equivalência patrimonial	(19.301)	157	10.191	(587)	(5)	343	(37)	20	(9.219)
Redução de capital (b)	-	-	-	-	-	-	-	(154.135)	(154.135)
Valor patrimonial equivalente - saldo final	24.039	51.257	26.443	(3.548)	12	1.996	17	-	-
Investimento em controladas	24.039	51.257	26.443	-	12	1.996	17	-	103.764
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	-	2.017
Total dos investimentos em controladas	-	-	-	(3.548)	-	-	-	-	105.781
Provisão para passivo a descoberto - controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.548)
Intangível - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	-	655
Cessão de direitos sobre projetos - Digmotor	-	-	-	-	-	-	-	-	703
Cessão de direitos sobre projetos - Lazzati	-	-	-	-	-	-	-	-	2.563
Cessão de direitos sobre projetos - PFG S.r.l.	-	-	-	-	-	-	-	-	416
Cessão de direitos sobre projetos - Litz Hitech Corp.	-	-	-	-	-	-	-	-	1.778
Total do intangível - controladora	-	-	-	-	-	-	-	-	6.115
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	-	2.017
Total do intangível - consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	8.132

	2010								Total
	Romi Itália	Romi Europa	Rominor	Machine Tools	Inter-ocean	Romi A.L.	Acquisition Corp. (d)	Helen	
Investimentos:									
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000	78	13.028	1.188.000	100	-
Participação no capital social	99,999%	100%	93,0711%	100%	100%	100%	100%	100%	-
Ativo circulante	46.869	1.006	25.602	7.986	23	1.444	153.792	-	-
Ativo não circulante	14.246	769	6.245	219	-	-	-	-	-
Passivo circulante	20.906	671	3.338	10.745	6	14	156	-	-
Passivo não circulante	13.409	-	-	21	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada em 31 de dezembro de 2010	26.800	1.104	28.509	(2.561)	17	1.430	153.636	-	-
Movimentação do investimento:									
Saldo inicial do investimento em 31 de dezembro de 2009	33.946	2.496	26.834	(2.182)	20	1.624	-	62.738	-
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(3.062)	(692)	-	135	-	(58)	(9.488)	(13.165)	-

continua →



INDÚSTRIAS ROMI S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

	2010							Total
	Romi Itália	Romi Europa	Rominor	Machine Tools	Interocean	Romi A.L.	Acquisition Corp. (d)	
Aumento de capital (b)	7.842	-	-	-	-	-	162.737	170.579
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	-	(11.335)	-	-	-	-	(11.335)
Equivalência patrimonial	(12.002)	(624)	11.035	-	(3)	(136)	387	(1.343)
Provisão para passivo a descoberto de controlada	-	-	-	(514)	-	-	-	(514)
Ganho (perda) na variação da participação acionária	76	(76)	-	-	-	-	-	-
Valor patrimonial equivalente - saldo final	<u>26.800</u>	<u>1.104</u>	<u>26.534</u>	<u>(2.561)</u>	<u>17</u>	<u>1.430</u>	<u>153.636</u>	<u>206.960</u>
Investimento em controladas	26.800	1.104	26.534	-	17	1.430	153.636	209.521
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")	-	-	-	-	-	-	-	2.017
Total dos investimentos em controladas								211.538
Provisão para passivo a descoberto - controlada	-	-	-	(2.561)	-	-	-	(2.561)
Intangível:								
Intangível - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")								1.309
Cessão de direitos sobre projetos - Digmotor								1.041
Cessão de direitos sobre projetos - Lazzati								2.702
Cessão de direitos sobre projetos - PFG S.r.l.								281
Total do intangível - controladora								5.333
Ágio - JAC Indústria Metalúrgica Ltda. ("JAC")								2.017
Total do intangível - consolidado								7.350

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações. (b) A Companhia efetuou os seguintes aumentos de capital em suas controladas: **Romi Itália**: • 2010 - € 3.952, que totalizou R\$7.842. • 2011 - € 5.692, que totalizou R\$13.767. **Sandretto México**: Durante o terceiro e quarto trimestres de 2011, a Companhia realizou envio de numerários na ordem de US\$29 (equivalentes a R\$52), para a controlada Sandretto México, conforme descrito na nota explicativa nº 7.a. **Romi Europa**: em dezembro de 2011 a Companhia efetuou aumento da capital na Romi Europa GmbH no valor de €20.500 (equivalentes a R\$49.692), conforme descrito na nota explicativa nº 24. (c) Compõem-se de dividendos distribuídos conforme a AGO de 15 de março de 2010, no valor total de R\$9.362, sendo R\$8.713 conforme a participação da Companhia, referentes a lucros acumulados em exercícios anteriores e de R\$2.815, sendo R\$2.622 conforme a participação da Companhia, referentes aos dividendos mínimos obrigatórios propostos sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Em 2011, os dividendos distribuídos conforme a AGO de 14 de março de 2011 referentes a lucros acumulados do exercício de 2010, foram de R\$8.447, sendo R\$7.862 vinculados à participação da Companhia. Foram propostos dividendos obrigatórios no valor R\$2.602, sendo R\$2.420 a participação da Companhia. (d) A Administração da Companhia decidiu, em 24 de fevereiro de 2011, reduzir o capital social da Helen, através do envio de caixa para a Companhia, o qual foi aplicado em ativos financeiros com rendimentos substancialmente atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), a qual foi liquidada.

8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes:

	Contas a receber		Mútuo a receber		Total a receber		Contas a pagar	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Saldos patrimoniais								
Controladas diretas:								
Romi Europa	60	25	627	576	687	601	207	51
Rominor	2.421	2.621	-	-	2.421	2.621	96	91
Romi Itália	11.870	5.542	7.581	7.182	19.451	12.724	-	-
Romi Machine Tools	6.330	4.272	5.986	6.118	12.316	10.390	-	-
Interocean	-	6	-	-	-	6	-	-
Romi A.L.	-	-	-	-	-	-	77	23
Total	20.681	12.466	14.194	13.876	34.875	26.342	380	165

9. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado controladora:

	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 1º de janeiro de 2010	20.101	159.578	189.550	7.942	2.048	18.754	2.717	3.389	404.079
Adições	-	-	15.952	213	407	2.463	16.300	(2.552)	32.783
Baixas	(515)	(1.311)	(2.875)	(330)	(54)	(1.326)	(56)	-	(6.467)
Transferências	-	4.495	5.472	3	15	979	(10.964)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>19.586</u>	<u>162.762</u>	<u>208.099</u>	<u>7.828</u>	<u>2.416</u>	<u>20.870</u>	<u>7.997</u>	<u>837</u>	<u>430.395</u>
Adições	-	88	11.974	195	204	1.096	6.223	(415)	19.365
Baixas	(138)	-	(4.470)	(49)	(84)	(178)	-	-	(4.919)
Transferências	-	704	1.151	79	-	2.644	(4.578)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>19.448</u>	<u>163.554</u>	<u>216.754</u>	<u>8.053</u>	<u>2.536</u>	<u>24.432</u>	<u>9.642</u>	<u>422</u>	<u>444.841</u>
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	26.598	96.644	5.235	1.523	11.407	-	-	141.407
Depreciação	-	7.102	11.473	445	274	2.413	-	-	21.707
Baixas	-	(548)	(2.296)	(324)	(51)	(1.319)	-	-	(4.538)
Transferências	-	-	92	3	(83)	(12)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	<u>33.152</u>	<u>105.913</u>	<u>5.359</u>	<u>1.663</u>	<u>12.489</u>	-	-	<u>158.576</u>
Depreciação	-	8.364	14.776	454	284	3.002	-	-	26.880
Baixas	-	-	(3.714)	(48)	(85)	(175)	-	-	(4.022)
Transferências	-	-	-	(8)	-	8	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	<u>41.516</u>	<u>116.975</u>	<u>5.757</u>	<u>1.862</u>	<u>15.324</u>	-	-	<u>181.434</u>
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2010	20.101	132.980	92.906	2.707	525	7.347	2.717	3.389	262.672
Saldo em 31 de dezembro de 2010	19.586	129.610	102.186	2.469	753	8.381	7.997	837	271.819
Saldo em 31 de dezembro de 2011	19.448	122.038	99.779	2.296	674	9.108	9.642	422	263.407

b) Síntese da movimentação do ativo imobilizado consolidado:

	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Adiantamentos	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 1º de janeiro de 2010	27.055	172.743	193.973	8.626	2.729	20.259	2.717	3.389	431.491
Adições	-	-	16.344	225	430	2.506	16.300	(2.552)	33.253
Baixas	(515)	(1.311)	(2.885)	(330)	(120)	(1.365)	(55)	-	(6.581)
Transferências	-	4.493	5.948	4	(460)	980	(10.965)	-	-
Variação cambial	(207)	(1.068)	(1.254)	(136)	410	(404)	-	-	(2.659)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>26.333</u>	<u>174.857</u>	<u>212.126</u>	<u>8.389</u>	<u>2.989</u>	<u>21.976</u>	<u>7.997</u>	<u>837</u>	<u>455.504</u>
Adições	-	110	12.197	244	204	1.140	6.223	(415)	19.703
Baixas	(333)	(293)	(5.283)	(428)	(294)	(373)	-	-	(7.004)
Transferências	-	704	1.151	79	-	2.644	(4.578)	-	-
Variação cambial	152	840	361	64	58	177	-	-	1.652
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>26.152</u>	<u>176.218</u>	<u>220.552</u>	<u>8.348</u>	<u>2.957</u>	<u>25.564</u>	<u>9.642</u>	<u>422</u>	<u>469.855</u>
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	30.354	99.215	5.866	2.084	12.611	-	-	150.130
Depreciação	-	7.356	11.788	464	321	2.506	-	-	22.435
Baixas	-	(548)	(2.305)	(324)	(113)	(1.354)	-	-	(4.644)
Transferências	-	-	93	3	(84)	(12)	-	-	-
Variação cambial	-	(288)	(583)	(131)	(58)	(375)	-	-	(1.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	<u>36.874</u>	<u>108.208</u>	<u>5.878</u>	<u>2.150</u>	<u>13.376</u>	-	-	<u>166.486</u>
Depreciação	-	8.608	15.123	476	315	3.080	-	-	27.602
Baixas	-	(41)	(4.458)	(422)	(295)	(355)	-	-	(5.571)
Transferências	-	-	-	(8)	-	8	-	-	-
Variação cambial	-	87	206	55	52	142	-	-	542
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	<u>45.528</u>	<u>119.079</u>	<u>5.979</u>	<u>2.222</u>	<u>16.251</u>	-	-	<u>189.059</u>
Imobilizado líquido									
Saldo em 1º de janeiro de 2010	27.055	142.389	94.758	2.760	645	7.648	2.717	3.389	281.361
Saldo em 31 de dezembro de 2010	26.333	137.983	103.918	2.511	839	8.600	7.997	837	289.018
Saldo em 31 de dezembro de 2011	26.152	130.690	101.473	2.369	735	9.313	9.642	422	280.796

Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES para investimentos em imobilizado, em 31 de dezembro de 2011 havia R\$52.492 (R\$58.404 em 31 de dezembro de 2010) em bens gravados em garantia, representados, em sua totalidade, por máquinas e equipamentos. A Companhia não capitalizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 encargos financeiros na rubrica "Obras em andamento" devido a imaterialidade do valor envolvido. Em 31 de dezembro de 2010 foram capitalizados R\$56. c) Taxas de depreciação: A Companhia deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, usando as taxas de depreciação demonstradas a seguir:

	Taxa de depreciação - %
Prédios	4
Máquinas e equipamentos	10 a 15
Móveis e utensílios	10
Tecnologia da informação	20
Veículos	20
Pátios	10

Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável dos ativos de vida longa, e como resultado, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi identificada.

continua ->



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

10. FINANCIAMENTOS

	Circulante		Não circulante		Vencimento	Amortização do principal	2009		Garantia
	2011	2010	2011	2010			Encargos financeiros		
Financiamentos de exportação	76.128	355	17.298	75.703	16/12/2013	Parcela única	4,5% ao ano	Nota promissória (1)	
Imobilizado - moeda nacional	30.385	17.413	97.870	125.176	15/11/2017	Mensal	TJLP + Juros de 1,3% a 2% ao ano TJLP a 12,5% ao ano + Juros de 1,3% ao ano, pagos mensalmente com a amortização do principal LIBOR + 1% de "spread"	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos (2) Alienação fiduciária da máquina financiada/aval/nota promissória Contrato de prenda do cliente	
FINAME diversos (a)	4.483	4.395	7.600	10.917	15/06/2020	Mensal			
Saques refinanciados - moeda nacional e outros	1.326	1.207	1.008	655	15/06/2013	Mensal			
Controladora	112.322	23.370	123.776	212.451					
Romi Machine Tools - capital de giro - US\$	24	48	-	21	30/06/2012	Semestral	Juros de 6,31% a 6,39% ao ano + Variação cambial	Nota promissória/aval	
Romi Itália (Sandretto UK Ltd.) - capital de giro - Libra esterlina	692	1.509	-	143	30/11/2012	Semestral	LIBOR + Juros de 1,65% ao ano	Ativo imobilizado	
Consolidado	113.038	24.927	123.776	212.615					

(a) A Companhia ofereceu ao BNDES como garantia na contratação de financiamentos máquinas e equipamentos conforme mencionado na nota explicativa nº 9. Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora e consolidado
2013	51.781
2014	25.562
2015	18.562
2016	14.837
2017 e após	13.034
Total	123.776

1) A Companhia obriga-se a exportar, até a data de liquidação do contrato, o equivalente ao valor contratado em moeda nacional convertido para dólares americanos pela taxa de câmbio da data do contrato, totalizando US\$ 50.000 mil até 16 de dezembro de 2013. Na ocorrência de não exportação dentro do prazo estipulado, será exigida multa contratual correspondente a 10% sobre o valor inadimplido. A Companhia espera cumprir as condições de exportação estabelecidas no contrato de financiamento. 2) Durante o ano de 2011, a Companhia assinou aditivo contratual com o BNDES, substituindo as garantias financeiras por hipoteca de imóveis de propriedade da Companhia, com os equipamentos nele instalados.

11. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE

	Controladora e consolidado
2011	307.734
2010	303.579
	447.020
	454.304

Os contratos de financiamento FINAME Fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controladora Rominor através de hipoteca de seus imóveis, e os saldos são diretamente relacionados com a rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante" (vide nota explicativa nº 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados, e os recebimentos mensais são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora dessa operação. Os financiamentos FINAME Fabricante obtidos e repassados aos clientes têm prazos de até 60 meses, com opção de carência de até 12 meses e os seguintes juros: (a) entre 4,0% e 5,8% ao ano, acrescidos da TJLP; (b) 4,5% ao ano prefixado, conforme Circular nº 79, de 10 de julho de 2009, para as operações efetuadas entre 27 de julho de 2009 e 30 de junho de 2010; e (c) 5,5% ao ano, prefixado, conforme Circular nº 27 de 27 de maio de 2010, para as operações efetuadas entre 1º de julho de 2010 e 31 de março de 2011. Tais condições de financiamento são estabelecidas pelo BNDES, com base nas características do cliente. Os saldos da rubrica "Financiamentos - FINAME Fabricante" e, conseqüentemente, os da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante" em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$ 65.925 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 93.155 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas. Os vencimentos de FINAME Fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora e consolidado
2013	251.601
2014	147.964
2015	45.514
2016	1.941
Total	447.020

12. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Administração da Companhia e de suas controladas, com seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Classificação dos processos valores em 31 de dezembro de 2011			Controladora e consolidado	
	Remota	Possível	Provável	2011	2010
Fiscais	425	4.360	32.813	32.813	26.409
Cíveis	3.595	2.994	495	495	379
Trabalhistas	11.873	1.272	2.227	2.227	1.386
Total	15.893	8.626	35.535	35.535	28.174
Passivo circulante				2.474	1.745
Passivo não circulante				33.061	26.429

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis pelos assessores jurídicos, a Administração registrou provisão, cuja movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é demonstrada a seguir:

	Utilizações/ Atualização				
	2011	Adições	reversões	monetária	2010
Fiscais	26.409	6.323	-	81	32.813
Cíveis	379	216	(143)	43	495
Trabalhistas	1.386	2.083	(1.414)	172	2.227
Total	28.174	8.622	(1.557)	296	35.535

Nas controladas não há processos em andamento nem riscos contingenciais a considerar, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2011, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda e que, portanto, tiveram seus valores incluídos na provisão mencionada, é como segue:

a) Processos fiscais: Corresponhem à provisão para PIS e COFINS sobre ICMS de vendas no montante de R\$5.491 (R\$4.401 em 31 de dezembro de 2010) e R\$25.294 (R\$20.273 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente, para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sobre serviços prestados por cooperativas no montante de R\$2.002 (R\$1.710 em 31 de dezembro de 2010) e R\$26 referentes a imposto de renda retido na fonte por órgão governamental, compensado na declaração de imposto de renda, mas indeferido pela autoridade fiscal. A Companhia está depositando judicialmente o PIS e a COFINS sobre o ICMS de vendas, cujo montante em 31 de dezembro de 2011, totalizava R\$30.669 (R\$26.466 em 31 de dezembro de 2010). **b) Processos cíveis:** Referem-se a pedidos judiciais de revisões contratuais. **c) Processos trabalhistas:** A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para almoço; (ii) multa de 40% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS anterior às aposentadorias; (iii) multa de 40% do FGTS sobre os valores dos expurgos dos Planos Verão e Collor; e (iv) indenizações por acidentes de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas. As causas classificadas como de risco possível, de natureza fiscal, cível e trabalhista, discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é representado por 74.757.547 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal, todas com os mesmos direitos e vantagens. **Reserva legal:** O saldo da rubrica "Reserva legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76,

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2011				2010			
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):								
Estoques - provisão para realização	31.984	7.989	2.878	10.867	17.634	4.402	1.587	5.989
Reintegração de máquinas	26.180	6.539	2.356	8.895	11.110	2.773	1.000	3.773
Prejuízo fiscal	6.231	1.212	561	1.773	-	-	-	-
Investimentos	601	150	54	204	602	150	54	204
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.948	487	175	662	2.364	590	213	803
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	35.535	8.876	428	9.304	28.174	7.034	315	7.349
Comissões condicionadas	340	85	31	116	144	36	13	49
Participação dos administradores	322	-	29	29	2.590	-	233	233
Outras diferenças ativas temporárias	9.274	2.316	835	3.151	4.698	1.173	423	1.596
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos - controladora e consolidado	112.415	27.654	7.347	35.001	67.316	16.158	3.838	19.996
Passivo (ii):								
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:								
Baixa do deságio da controlada Rominor	4.199	943	348	1.291	4.199	943	348	1.291
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo - controladora	4.199	943	348	1.291	4.199	943	348	1.291
Baixa do deságio na aquisição de controlada	19.029	1.713	4.757	6.479	17.416	1.674	4.360	6.034
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	23.228	2.656	5.105	7.761	21.615	2.617	4.708	7.325

refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia registrou R\$178 (R\$3.396 em 31 de dezembro de 2010). Juros sobre o capital próprio: Em 2011 a Companhia optou pelo pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$24.616 (R\$37.378 em 31 de dezembro de 2010) com retenção de imposto de renda na fonte no valor de R\$2.773 (R\$4.224 em 31 de dezembro de 2010). Em 31 de dezembro de 2010, os juros compõem o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Durante o exercício de 2011 e 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou que acima referidos juros sobre o capital próprio fossem imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. A distribuição dos juros sobre o capital próprio durante o ano 2011 está apresentada a seguir:

Provento	Evento - Data	Montante - R\$ mil		Valor por ação - R\$ bruto	Data de pagamento
		Bruto	Líquido		
2011:					
Juros sobre o capital próprio	RCA - 15/03/2011	8.971	7.962	0,12	20/04/2011
Juros sobre o capital próprio	RCA - 07/06/2011	8.223	7.298	0,11	20/07/2011
Juros sobre o capital próprio	RCA - 13/09/2011	7.422	6.583	0,10	21/10/2011
Total		24.616	21.843		
2010:					
Juros sobre o capital próprio	RCA - 16/03/2010	8.971	7.956	0,12	20/04/2010
Juros sobre o capital próprio	RCA - 08/06/2010	8.971	7.956	0,12	20/07/2010
Juros sobre o capital próprio	RCA - 14/09/2010	8.971	7.952	0,12	18/10/2010
Juros sobre o capital próprio	RCA - 07/12/2010	10.465	9.292	0,14	21/01/2011
Total		37.378	33.156		

Dividendos: O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício ajustado	3.568	67.929
(-) Constituição de reserva legal	(178)	(3.396)
Lucro passível de distribuição	3.390	64.533
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício	-	(25.721)
Constituição de reserva de lucros	3.390	38.812
Composição dos juros sobre o capital próprio:		
Lucro líquido do exercício corrente	-	25.721
Reserva de lucros de exercícios anteriores	24.616	11.657
	24.616	37.378
	21.843	33.156

Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte

Lucro por ação: a) Movimentação do número de ações:

	Ordinárias	Total
Ações em 31 de dezembro de 2011 e 2010	74.757.547	74.757.547
b) Lucro por ação: Conforme requerido pelo CPC 41, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, em 06 de agosto de 2010. A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação, básico e diluído:		
	2011	2010

Controladora:

Lucro líquido do exercício atribuído à participação dos acionistas da controladora	3.568	67.929
Média ponderada das ações emitidas (em milhares)	74.518	74.758
Lucro básico e diluído por ação - R\$ - Controladora	0,048	0,909

Reserva de lucros: O saldo da rubrica "Reserva de lucros" refere-se ao montante de lucros acumulados que serão utilizados para suprir as necessidades de capital de giro e possibilitar os investimentos destinados ao aumento e à modernização da capacidade produtiva, a introdução de novos produtos e os investimentos em controladas, conforme plano de investimentos aprovado pelos órgãos da Administração a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária. **Aquisição de ações de emissão própria:** O Conselho de Administração, na reunião realizada em 22 de agosto de 2011, aprovou o programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital, nos termos de seu estatuto social, das Instruções CVM nº 10/80 e nº 268/97 e das demais disposições legais vigentes. O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para os seus acionistas, através da aplicação de parte de seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucros e de capital. No âmbito do Programa, as operações de aquisição de ações serão realizadas entre 22 de agosto de 2011 e 18 de fevereiro de 2012 (180 dias). A quantidade de ações ordinárias a ser adquirida será de até 3.000.000 (três milhões), representando 7,64% das ações ordinárias em circulação no mercado. Até 31 de dezembro de 2011 foram adquiridas 742.400 ações no montante de R\$4.599, representando um valor médio de aquisição de R\$6,19 por ação. Essas ações adquiridas impactaram o cálculo do lucro por ação do exercício. **Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira:** A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito acumulado da conversão cambial das demonstrações financeiras de suas controladas que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda da controladora. Na demonstração do patrimônio líquido, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado abrangente, esse valor é alocado a "Outros resultados abrangentes". Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pela controlada Rominor cujos imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido. A seguir é apresentada a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	Controladora	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	2011	2010
	(6.637)	78.068
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%
Expectativa de despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	2.257	(26.543)
	78	(27.590)

Reconciliação para a taxa efetiva:

	Controladora	Consolidado
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto em controlada	2011	2010
	(3.134)	(631)
Juros sobre o capital próprio	8.369	12.709
Participação de administradores	(70)	(855)
Outras exclusões, líquidas (*)	2.783	5.181
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10.205	(10.139)
	4.554	(12.398)

(*) O valor nas demonstrações financeiras consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido à controlada Rominor ser optante pelo regime do lucro presumido durante os exercícios apresentados, pelo benefício referente à inovação tecnológica gozado pela Companhia e pela não constituição do imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior. **a)** Composição de despesas e créditos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

	2011	2010
Controladora	(4.800)	(10.451)
Consolidado	15.005	15.005
Diferidos (item "c")	4.378	4.378
Total	10.205	4.554

	2011				2010			
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Correntes	31.984	7.989	2.878	10.867	17.634	4.402	1.587	5.989
Diferidos (item "c")	26.180	6.539	2.356	8.895	11.110	2.773	1.000	3.773
Total	6.231	1.212	561	1.773	-	-	-	-
	601	150	54	204	602	150	54	204
	1.948	487	175	662	2.364	590	213	803
	35.535	8.876	428	9.304	28.174	7.034	315	7.349
	340	85	31	116	144	36	13	49
	322	-	29	29	2.590	-	233	233



INDÚSTRIAS ROMI S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

(i) O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas. (ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos referem-se à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor e da Sandretto Itália, como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento. Em 31 de dezembro de 2011, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado		
	2011		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2012	10.669	3.997	14.666
2013	3.617	1.304	4.921
2014	2.473	891	3.364
2015	10.819	1.128	11.947
2016	76	27	103
Total	27.654	7.347	35.001

c) Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Saldo em 2010	Efeito no resultado	Saldo em 2011
Estoques - provisão para realização	5.989	4.878	10.867
Reintegração de máquinas	3.773	5.122	8.895
Investimentos	204	-	204
Prejuízo fiscal	-	1.773	1.773
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	803	(141)	662
Outras diferenças temporárias	1.596	1.555	3.151
Comissões condicionadas	49	67	116
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	7.349	1.955	9.304
Participação dos administradores	233	(204)	29
Imposto de renda e contribuição social ativos	19.992	15.005	35.001

15. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia. O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$2.543 (R\$2.161 em 31 de dezembro de 2010). O dispêndio com o plano de previdência privada complementar foi registrado nas demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 nas rubricas "Custo dos produtos e serviços vendidos", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

16. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado e dos estoques. É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos, em montantes julgados pela Administração suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados. Em 31 de dezembro de 2011, com vigência até dezembro de 2012, a cobertura de seguros está assim demonstrada:

	Valor da cobertura
Incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo:	
Edificações	129.448
Máquinas e equipamentos	281.691
Estoques	283.208

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

a) Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: • **Caixa e equivalentes de caixa:** reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • **Duplicatas e valores a receber de clientes:** comentados e apresentados nas notas explicativas nº 4 e nº 5. • **Financiamentos e financiamento - FINAME fabricante:** comentados e apresentados nas notas explicativas nº 10 e nº 11. A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de aquisições em controladas e partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. **b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia:** **Risco de preço das mercadorias:** esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. **Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. **Risco de taxas de câmbio:** esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avalia a exposição cambial. A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de importação e exportação, fornecedores e contratos de mútuo com as controladas situadas nos Estados Unidos da América e na Europa. **Risco de crédito:** advm da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentadas nas notas explicativas nº 10 e nº 11. **Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante:** os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. **Risco de gerenciamento de capital:** advm da escolha de a Companhia adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reserva de lucros), com base em práticas internas e "benchmarking". **Análise sensível de variações na moeda estrangeira ("foreign currency sensitivity analysis"):** As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria o dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Os efeitos que uma valorização ou desvalorização ocasionariam nos percentuais estão apresentados a seguir:

	Receita ou despesa	
	2011	2010
Saldo líquido ativo em moeda estrangeira, convertido para reais	33.923	11.847
Valorização ou desvalorização - 10%	3.392	1.185
Valorização ou desvalorização - 25%	8.481	2.962
Valorização ou desvalorização - 50%	16.961	5.924

Adicionalmente, a Companhia possui ativos, classificados como caixa e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº3), que embora possuam seus impactos registrados diretamente na conta de "Efeito de conversão para moeda estrangeira", no patrimônio líquido, estão sujeitas a variação cambial. Os efeitos que uma valorização ou desvalorização estão apresentados a seguir:

	2011		2010	
	Aumento	Redução	Aumento	Redução
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira, convertido para reais	457	(457)	785	785
Valorização ou desvalorização - 10%	1.143	(1.143)	4.205	4.205
Valorização ou desvalorização - 25%	2.285	(2.285)	9.905	9.905
Valorização ou desvalorização - 50%				

Análise sensível de variações na taxa de juros ("interest rate sensitivity analysis"): Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. Os efeitos da redução ou do aumento das receitas financeiras estão demonstrados a seguir:

	2011		2010	
	Aumento	Redução	Aumento	Redução
Percentual de aumento ou redução nas taxas de juros				
10%	457	(457)	785	785
25%	1.143	(1.143)	4.205	4.205
50%	2.285	(2.285)	9.905	9.905

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos. **c) Instrumentos financeiros por categoria:** Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Valor contábil		Valor de mercado	
	2011	2010	2011	2010
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	162.813	246.935	162.813	246.935
Duplicatas a receber - circulante	86.938	87.364	86.938	87.364
Valores a receber - repasse FINAME Fabricante	341.688	350.935	341.688	350.935
Duplicatas a receber - não circulante	13.208	14.544	13.208	14.544
Valores a receber - repasse FINAME Fabricante - não circulante	478.991	500.103	478.991	500.103
Depósitos judiciais	30.669	24.466	30.669	24.466
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos - circulante	113.038	24.927	113.038	24.927
Financiamentos - FINAME fabricante - circulante	307.734	303.579	307.734	303.579
Financiamentos - FINAME fabricante - não circulante	447.020	454.304	447.020	454.304
Fornecedores - circulante	41.172	48.323	41.172	48.323
Outras contas a pagar - circulante	7.170	5.842	7.170	5.842
Financiamentos - não circulante	123.776	212.615	123.776	212.615
Outras contas a pagar - não circulante	4.347	3.725	4.347	3.725

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO

Para gerenciar seu negócio, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são a base na qual a Companhia reporta as suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos e produtos são: máquinas-ferramenta, máquinas para plásticos e fundidos e usinados. As informações por segmento dessas unidades estão apresentadas a seguir:

	2011					
	Máquinas - ferramenta	Máquinas para plásticos	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos e outros	Consolidado	
Receita operacional líquida	407.107	126.336	97.611	-	631.054	
Custo dos produtos e serviços vendidos	(262.192)	(77.794)	(118.456)	-	(458.442)	
Transferências remetidas	21.332	-	30.301	(51.633)	-	
Transferências recebidas	(24.641)	(16.305)	(10.687)	51.633	-	
Lucro bruto	141.606	32.237	(1.231)	-	172.612	
(Despesas) receitas operacionais:						
Vendas	(43.654)	(28.349)	(2.930)	-	(74.933)	
Gerais e administrativas	(49.495)	(17.379)	(6.542)	-	(73.416)	
Pesquisa e desenvolvimento	(18.247)	(7.838)	-	-	(26.085)	
Honorários da administração	(6.054)	(1.389)	(833)	-	(8.276)	
Tributárias	(1.426)	(347)	(197)	-	(1.970)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	811	193	-	-	1.004	
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	23.541	(22.872)	(11.733)	-	(11.064)	
Estoques	206.550	87.013	20.792	-	314.355	
Depreciação e amortização	16.151	3.110	9.534	-	28.795	
Imobilizado, líquido	156.939	12.221	111.636	-	280.796	
Intangível	4.757	3.375	-	-	8.132	
	Europa	América do Norte	América Latina	Brasil	África e Ásia	Total
Receita operacional líquida por região geográfica	43.315	20.532	12.435	554.767	5	631.054

	2010					
	Máquinas - ferramenta	Máquinas para plásticos	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos e outros	Consolidado	
Receita operacional líquida	427.104	179.413	67.012	-	673.529	
Custo dos produtos e serviços vendidos	(239.349)	(95.277)	(96.150)	-	(430.776)	
Transferências remetidas	19.166	-	39.453	(58.619)	-	
Transferências recebidas	(24.682)	(25.643)	(8.294)	58.619	-	
Lucro bruto	182.239	58.493	2.021	-	242.753	
(Despesas) receitas operacionais:						
Vendas	(40.448)	(19.904)	(2.335)	-	(62.687)	
Gerais e administrativas	(42.371)	(22.457)	(4.340)	-	(69.168)	
Pesquisa e desenvolvimento	(16.980)	(7.858)	-	-	(24.838)	
Honorários da administração	(6.781)	(2.249)	(779)	-	(9.809)	
Tributárias	(1.079)	(627)	(123)	-	(1.829)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.989	490	-	-	2.479	
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	76.569	5.888	(5.556)	-	76.901	
Estoques	179.679	66.757	17.024	-	263.460	
Depreciação e amortização	14.066	3.132	6.843	-	24.041	
Imobilizado, líquido	165.262	11.765	111.991	-	289.018	
Intangível	2.702	4.648	-	-	7.350	
	Europa	América do Norte	América Latina	Brasil	África e Ásia	Total
Receita operacional líquida por região geográfica	38.391	14.144	4.895	614.752	1.347	673.529

19. COMPROMISSOS FUTUROS

Em 26 de janeiro de 2012, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1º de maio de 2007, objetivando adequar o volume de energia elétrica originalmente contratado às atuais necessidades da Companhia. Como resultado dessa adequação o período de fornecimento da energia elétrica foi estendido por mais um ano, ou seja, até 31 de dezembro de 2014, e passou a refletir os seguintes valores os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.:

Ano de fornecimento	Valor
2012	9.471
2013	10.833
2014	8.587
Total	28.891

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Mercado interno	680.901	745.204	691.410	758.486
Mercado externo	44.725	20.193	76.287	58.786
Receita bruta de vendas	725.626	765.397	767.697	817.272
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(129.168)	(140.365)	(131.382)	(142.115)
(-) Outros abatimentos	(5.261)	(1.628)	(5.261)	(1.628)
Receita líquida de vendas	591.197	623.404	631.054	673.529

continua -*



* continuação



INDÚSTRIAS ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

21. DESPESAS POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Depreciação e amortização	28.073	23.313	28.795	24.041
Despesas com pessoal	188.149	177.836	214.534	202.319
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	335.660	284.408	338.923	297.739
Frete	13.383	10.653	14.604	11.901
Outras despesas	32.497	51.243	46.266	63.107
Total	597.762	547.453	643.122	599.107
Classificado como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	436.136	399.878	458.442	430.776
Despesas com vendas	62.724	56.455	74.933	62.687
Despesas gerais e administrativas	64.133	56.422	73.416	69.168
Pesquisa e desenvolvimento	24.700	23.489	26.085	24.838
Participação e honorários da Administração	8.143	9.676	8.276	9.809
Despesas Tributárias	1.926	1.533	1.970	1.829
Total	597.762	547.453	643.122	599.107

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	15.292	5.239	15.432	7.808
Juros de duplicatas a receber	10.235	9.691	9.951	9.460
Juros de impostos a recuperar (a)	-	8.782	-	8.782
Total	22.883	23.712	25.383	26.050

Despesas financeiras:
Juros de financiamento
Outras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Juros de financiamento	(15.370)	(15.518)	(16.062)	(15.631)
Outras	(526)	(889)	(14)	(889)
	(15.896)	(16.407)	(16.076)	(16.520)

a) Trata-se de ação judicial que visava à restituição da contribuição previdenciária incidente sobre os pagamentos efetuados a autônomos e administradores no período de outubro de 1989 a julho de 1994. Após o trânsito em julgado e a renúncia à execução judicial do acórdão, em março de 2010 a Companhia efetuou pedido de habilitação de crédito junto com a Receita Federal do Brasil, que foi deferido em junho de 2010. Esses valores foram integralmente compensados com as contribuições previdenciárias geradas em 2010.

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado da venda de ativos	663	1.970	1.004	2.479

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 31 de janeiro de 2012, a Romi concluiu, por meio de sua subsidiária integral Romi Europa, localizada na Alemanha, a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"). A aquisição foi integralmente paga na data da conclusão acima mencionada, com recursos próprios. O valor da transação foi de € 20,5 milhões. Devido ao desfecho da aquisição ocorrer em data próxima a de aprovação destas demonstrações financeiras, não foi possível apurar os efeitos desta aquisição, assim como incluir as divulgações requeridas pelo IFRS 3 - Business Combination, e CPC 15 - Combinação de Negócios, nas demonstrações financeiras.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 07 de fevereiro de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto Presidente	Paulo Romi Mônica Romi Zanatta Paolo Guglielmo Bellotti	Alexander Bialer Pedro Mader Meloni Newton Carneiro da Cunha
Carlos Guimarães Chiti Vice-Presidente		

CONSELHO CONSULTIVO

Romeu Romi	Antonio Cândido de Azevedo Sodrê Filho	Amaury Torres de Miranda
-------------------	---	---------------------------------

CONSELHO FISCAL

Antonio Nelson Naime	Alfredo Ferreira Marques Filho	Sergio de Vasconcellos Rodrigues
-----------------------------	---------------------------------------	---

DIRETORIA

Livaldo Aguiar dos Santos Presidente	William dos Reis Vice-Presidente
José Carlos Romi Diretor	Fábio José Azevedo Degan Diretor
Sergio Roberto Novo Diretor	Ivan de Carvalho Machado Diretor
Hermes Alberto Lago Filho Diretor	Contador Rodrigo Tadeu Pizani - CRC 1 SP 194213/O-7
Luiz Cassiano Rando Rosolen Diretor	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de **Indústrias Romi S.A.**, tendo procedido ao exame das informações disponibilizadas, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, e tendo recebido os devidos esclarecimentos por parte da Administração, concluíram nada ter a objetar ou reparar com relação às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício fiscal de 2011, e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Nada mais havendo a tratar, lavraram a presente ata que, após lida e achada conforme, por todos os presentes foi assinada.

Santa Bárbara d'Oeste, 6 de fevereiro de 2012

Antonio Nelson Naime
Alfredo Ferreira Marques Filho
Sergio de Vasconcellos Rodrigues

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Indústrias Romi S.A.**

Santa Bárbara d'Oeste - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Indústrias Romi S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração Sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Indústrias Romi S.A.** em

31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião Sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Indústrias Romi S.A.** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **Indústrias Romi S.A.** essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 07 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Deloitte.

Scandiflex do Brasil S.A.

Indústrias Químicas

C.N.P.J. (M.F.) Nº 33.038.886/0001-11 - NIRE Nº 35.300.134.303

Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16.01.2012

Data, Horário e Local: No dia 16.01.2012, às 10h00, na sede social da **Scandiflex do Brasil S.A. Indústrias Químicas** (a "Sociedade"), localizada na Av. Papa João XXIII, 4.502, Vila Carlina, CEP 09370-800, Mauá/SP. **Convocação:** Dispensada a convocação de acordo com o Artigo 124, parágrafo 4º da Lei 6404/76, por estar presente a totalidade dos acionistas, conforme assinaturas constantes do respectivo Livro de Presenças. **Mesa:** Constituíram a mesa diretora dos trabalhos, eleitos por aclamação, o Sr. **Pedro Luiz Discacciati Fortes**, na qualidade de Presidente, e o Sr. **Oswaldo Branco de Oliveira**, na qualidade de Secretário, encarregado de lavar a presente Ata e de assinar as cópias autênticas para os devidos fins legais. **Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre a exclusão dos Srs. **Ronald Riess** e **Claudia Riess** da Sociedade. **Deliberações tomadas por unanimidade dos votos:** Após examinada a ordem do dia, a acionista **Eastman Chemical Holdings do Brasil Ltda.** considerando que foi conhecido e aceito o pedido de renúncia, de acordo com as cartas apresentadas à Sociedade em 31.08 e 22.08.2011, respectivamente, arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito, dos Srs. **Ronald Riess**, brasileiro, divorciado, advogado, RG nº 01.584.579-5 IFP/RJ, CPF/MF nº 070.777.938-34, e **Claudia Riess**, brasileira, solteira, comerciante, RG nº 04.369.999-0 IFP/RJ, CPF/MF nº 003.581.587-61, do cargo de Diretora sem designação específica da Sociedade, decidiu a acionista **Eastman Chemical Holdings do Brasil Ltda.** aprovar a exclusão da Sociedade os respectivos srs. **Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada pela unanimidade dos presentes e assinada, nos termos da lei. **Data:** 16.01.2012. **Acionista Presente:** Eastman Chemical Holdings do Brasil Ltda. Mauá, 16.01.12. **Pedro Luiz Discacciati Fortes** - Presidente da mesa. **Oswaldo Branco de Oliveira** - Secretário da mesa. Eastman Chemical Holdings do Brasil Ltda. **Pedro Luiz Discacciati Fortes** - Diretor. JUCESP nº 47.998/12-0 em 01.02.2012. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Brazilian Finance & Real Estate S.A.

Cia. Aberta - C.N.P.J. nº 02.762.113/0001-50 - N.I.R.E. 35.300.341.813
Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração de 20.01.12
Data, Hora e Local: 20.01.2012, às 9hs, na sede social, Av. Paulista, nº 1.374, 15º and., SP/SP. **Presença:** Totalidade do Conselho de Administração. **Convocação:** Dispensada (Art. 13, § Único, do Estatuto Social). **Mesa:** Presidente: Moise Politi; e Secretário: Fábio de Araujo Nogueira. **Deliberações tomadas por unanimidade e sem quaisquer restrições:** Os conselheiros deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovar: (i) a alienação, ao Banco BTG Pactual S.A. ou a qualquer de suas afiliadas, de cotas de Fundos de Investimento detidas pela Cia., conforme relação que, rubricada pela mesa, ficará arquivada na sede Cia. A alienação será realizada mediante celebração de Contrato de Compra e Venda de Cotas de Fundos de Investimento e Outras Avenças, nos termos previstos no documento anexo à presente ata, sendo certo que a Diretoria da Companhia e de suas controladas estão, desde já, autorizadas a celebrar o referido documento; (ii) a autorização para que a Diretoria da Cia. tome as providências necessárias para recomprar, diretamente ou por meio da aquisição de ações de uma *holding*, a totalidade das cotas de Fundos de Investimento que venham a ser alienadas ao Banco BTG Pactual S.A. ou a qualquer de suas afiliadas, conforme deliberação (i) acima, se não concretizada a operação de alienação direta ou indireta de 100% do capital social da Companhia para o Banco Panamericano S.A. e o Banco BTG Pactual S.A. por meio de contrato de compra e venda de ações a ser celebrado; (iii) o voto favorável da Cia. na AGE de sua controlada BMSR II, para que se efetue a alienação de até 100% da totalidade dos ativos representados por cotas de Fundos de Investimento detidas pela sua subsidiária integral BM, conforme relação que, rubricada pela mesa, ficará arquivada na sede Cia.; e (iv) o voto favorável da Companhia, na qualidade de sócia, representada por seus diretores, em Reunião de Sócios de sua controlada BM Sua Casa, para deliberar sobre a alienação de ativos representados por cotas de Fundos de Investimento detidas pela BM Sua Casa, conforme relação que, rubricada pela mesa, ficará arquivada na sede Companhia. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. SP, 20.01.2012. Mesa: Moise Politi - Presidente, Fábio de Araujo Nogueira - Secretário. JUCESP nº 47.264/12-3 em 01.02.12. Gisela Simiema Ceschin - Sec. Geral.

BJ TECH LTDA torna público que recebeu da CETESB, a Licença de Operação Nº 48001428, válida até 07/02/2016, para Moldes, modelos, matrizes e estampos de metal para fins industriais, sito à Rua Professor Edmundo Vasconcelos, 11. Vila Jupiter. São Bernardo do Campo/SP.

ABITEC Indústria de Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 97.521.792/0001-81 - NIRE 35300416848

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 11/01/2012

Em 11/01/2012, às 10 hs, na sede social. **Mesa: Presidente:** Juliana Aparecida de Melo, brasileira - **Secretário:** Antonio Carlos da Silva, brasileiro. **Presença:** Presentes a totalidade dos acionistas detentores de ações com direito a voto. **Deliberação:** Por unanimidade de votos foi deliberado o seguinte: Autorizados os membros da diretoria a firmarem em nome da Sociedade o contrato de empréstimo bancário na modalidade de Conta Garantida junto ao Banco Safra S.A., no valor de até R\$ 500.000,00. Resolvem os acionistas alterar a cláusula 10 do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 10** - A Diretoria é o órgão executivo da Sociedade, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por Lei ou pelo presente Estatuto Social dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - Dependente de prévia autorização da Assembleia de Acionistas, operações de compra, venda, alienação ou oneração de bens imóveis ou de participações societárias em empresas controladas ou coligadas. Tendo em vista a integralização parcial de R\$ 3.500.000,00 referentes as ações subscritas pela ABPAR Participações Ltda., resolvem os acionistas alterar o artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º** - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito é de R\$ 40.000.000,00, representado por 40.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º** O Capital Social subscrito é de R\$ 40.000.000,00 tendo sido integralizado em moeda corrente do país o valor de R\$ 3.580.000,00, restando a integralização de R\$ 36.420.000,00 a ser efetuada pela sócia ABPAR Participações Ltda., até o dia 31/12/2012. **Parágrafo 2º** - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Sociedade e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo 3º** - As ações são nominativas e a sua propriedade será presumida pela anotação nos livros sociais competentes. Nada mais a tratar foi encerrada a Assembleia. São Paulo, 11/01/2012. Mesa: **Juliana Aparecida de Melo** - Presidente. **Antonio Carlos da Silva** - Secretário. Extrato da Ata Registrada na JUCESP nº 44.555/12-0 em 27/01/2012. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

K&G Indústria e Comércio LTDA. torna público que requereu na CETESB, a Renovação de Licença de Operação para fabricação de artigos de perfumaria, higiene pessoal e cosméticos, sito à Rua Karl Kielblock, 891 - Louveira - SP.

BRINDES TIP LTDA. torna público que recebeu da Cetesb, a Renovação da Licença de Operação nº 33004856, válida até 02/02/2016, para Artefatos diversos de papel, papelão, cartolina e/ou cartão, fabricação, à Rua Prof. Guilherme Belfort Sabino, 1401, Campininha, São Paulo/SP.